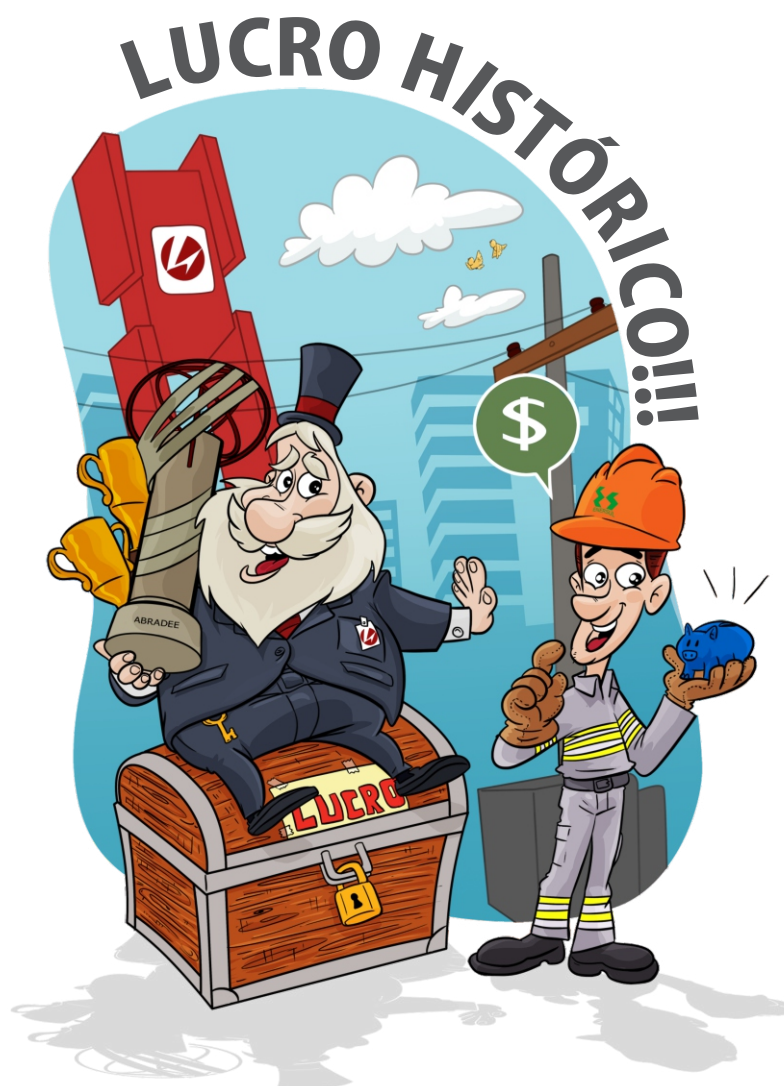


CAMPANHA **ENER\$UL** **\$ALARIAL** 2011-2012



VAMOS DIVIDIR?

Sinergia-MS tem novo site e marca presença nas redes sociais

Página | 4 |

Seminário discute aposentadoria no Setor Elétrico

Página | 5 |

TST promove primeira audiência pública sobre terceirização

Página | 6 |

CAMPANHA SALARIAL

A tradicional oficina de planejamento de campanha contou este ano com a presença de Renata Belzunces

Oficina marca início da Campanha Salarial da Enersul 2011/2012

Nos dias 16 e 17 de setembro aconteceu uma oficina de planejamento da Campanha Salarial da Enersul para o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012.

Com a presença da técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de Salvador-BA, Renata Belzunces, a diretoria executiva do Sinergia-MS pôde definir toda a abordagem da campanha.

Foram aplicadas diversas atividades e estudos sobre pontos políticos e econômicos.

Os diretores contaram



com a pesquisa de opinião respondida pelos trabalhadores da Enersul para pensar nas ações e resultados pretendidos.

A partir daí, foram definidas as bandeiras, a arte e

todos os demais itens que compuseram a pauta de reivindicações, entregue ao grupo Rede Energia no dia 30 de setembro.

Lançamento da Campanha Salarial

O lançamento da Campanha Salarial aconteceu em frente ao Centro Operacional da Enersul na manhã do dia 3 de outubro.

Após a distribuição de informativos, os diretores visitaram todos os blocos, convocando a categoria à luta.

Simbolicamente foram distribuídos cofrinhos entre os trabalhadores, que esperam neste ACT a justa distribuição dos lucros da Enersul.

Durante a tarde, os diretores estiveram no Almoxarifado e na Agência Central.

Entre os dias 4 e 6, o sindicato promoveu a campanha em diversas cidades do interior do Estado.

A primeira reunião com a empresa está marcada para a próxima terça-feira (25).





Companheiros eletricitários,

estamos entrando na reta final de 2011 com alguns desafios pela frente. Com relação à Enersul, temos o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2011/2012 no qual através de uma Campanha Salarial muito bem planejada pelo Sinergia-MS, estamos esclarecendo todos os trabalhadores dos resultados positivos da Enersul, tanto em nível de reconhecimento através dos prêmios conquistados, quanto pelas previsões do lucros históricos a serem alcançados em 2011 e que isso pode e deve ser distribuído para os principais responsáveis por isso que são os trabalhadores.

Temos também o ACT da Energest, que também tem a data base em novembro e sua negociação é feita juntamente com os companheiros do Sindicato dos Eletricitários do ES, e o resultado do ACT Eletrosul.

Agora estamos representando uma nova empresa de peso para nossa categoria, que é a MSGÁS. Estamos elaborando o primeiro ACT, e junto aos trabalhadores gasistas esperamos alcançar várias conquistas.

Com relação aos terceirizados, as negociações para um possível acordo de primarização com a Enersul via Ministério Público do Trabalho foram encerradas e de forma positiva com a primarização do Plantão. Agora, aguardamos uma decisão final do TST quanto a exigência de primarizar demais atividades-fim. Paralelo a isso tivemos uma Audiência Pública inédita no Tribunal Superior do Trabalho em Brasília sobre a terceirização que com certeza auxiliará a justiça quanto à regulamentação da terceirização no Brasil.

Tivemos em setembro o primeiro Seminário sobre Aposentadoria no Setor Elétrico de MS. Com certeza esse evento foi um divisor de águas com relação a esse tema tão importante. A partir de agora, nosso jurídico está estruturando e se capacitando cada vez mais para o atendimento na questão previdenciária. Isso é uma conquista para o sindicato e principalmente para a categoria.

Para finalizar, convoco a todos os trabalhadores para se unirem ao sindicato. Juntos, fortalecidos, possamos obter várias conquistas em prol dos trabalhadores e trabalhadoras eletricitários.

Elvio Marcos Vargas
Presidente do Sinergia-MS

Expediente

Presidente: Elvio Marcos Vargas.

Diretor de Finanças: Natanael C. Cavalheiro.

Secretária Geral: Elizete F. de Almeida.

Diretoria de Energias: Aldo Aristimunho.

Diretoria de Form., Pol. Sindical, Rel. do Trabalho e

Saúde do Trabalhador: Walter L. Ribeiro.

Diretoria de Com., Cultura, Lazer e M. Amb.: Carlos Alberto da Costa.

Diretoria de Pol. Sociais, Juventude, Minorias e

Gêneros: Giovano Midon Braga.

Suplentes:

Dilson R. de Oliveira, Gilson P. da Silva, Joel F. Rodrigues, Luiz Canizio Medeiros, Luiz Augusto de Siqueira, Mara Lúcia da Silva e Esy R. de Medeiros.

Conselho Fiscal: Newton O. da Silva, Nilson N. Barbosa e Carlos José de Souza.

Barbosa e Carlos José de Souza.

Suplentes: Antônio Carlos R. Camuci, Carlos A. Chaves e Breno N. Mourão.

Delegados de Base: Gilmar Matos Silveira - Aquidauana, Elson Xavier Fernandes - Amambaí, Dejanir Santana Alvez - Corumbá, Márcio Orélio Cardeal Matos - Coxim, Wanderly Soares Peixoto - Dourados, João Oliveira Mendes - Nova Andradina, Edvilson Silva do Canto - Jardim, Cláudio Fidélis Ferreira - Paranaíba, Waciton Batista Gedro - Ponta Porã

Delegados junto à Federação: Maria Ângela Brum F. da Silva e Thomonori Shinzato

Suplentes: Adalto R. de Souza e Edes L. Leme.

Diretores de Base Eletrosul: Vicentino P. Martins, André do Valle, Enos Rockel, Edmilson Honorato.

Jornalista Responsável: Maria Eunice Cardoso - DRT/MS 493.

Fotos: Arquivo.

Tiragem: 1.200 exemplares.

Ilustração: Wanick Correa

Contato:

www.sinergia-ms.com.br

jornalismo@sinergia-ms.com.br

Av. Gury Marques, 4360

CEP: 79072-000

Fone: (67)30295821



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Sindicato dos Eletricitários promove evento para discutir temas relacionados à Previdência Social

Seminário discute aposentadoria no Setor Elétrico

O Sinergia-MS promoveu no dia 15 setembro o primeiro Seminário sobre Aposentadoria no Setor Elétrico de Mato Grosso do Sul.

O evento aconteceu na Federação dos Trabalhadores na Educação de MS (Fetems) e trouxe nomes como Daisson Portanova, advogado especialista em direito previdenciário do Rio Grande do Sul, Jeová Pereira de Oliveira, Secretário de Previdência Social da FNU e Wilson Marques, Secretário de Finanças da FNU.

A iniciativa do Sinergia-MS foi considerada pelos componentes da mesa como um divisor de águas, pois na maioria das vezes, o movimento sindical não assiste ao aposentando e não coloca em pauta discussões acerca da previdência social.

Entre os assuntos podemos destacar:

APOSENTADORIA ESPECIAL e PPP

Estabelecida para proteção social aos trabalhadores expostos a agente nocivos, a partir de 1995 ela rompe o conceito de direito amplo ao trabalhador que exercesse qualquer tipo de trabalho insalubre e perigoso.

Desde a publicação do Decreto nº 2.172/97 e com a aprovação da Emenda Constitucional 20/98, houve uma grande mudança no entendimento da lei e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou a desconsiderar a eletricidade como agente perigoso, como previa a redação da legislação anterior.

Mas a justiça de vários Estados vem concedendo o benefício da aposentadoria especial aos trabalhadores das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que operam equipamentos com tensão elétrica superior a 250 volts e suportam ruído acima de 85 decibéis no local de trabalho.

Para Portanova, a aposentadoria especial é um direito ainda vigente, já que continua intacto o dispositivo legal que a protege. Não há uma lei específica que revoga o direito a ela, e enquanto isso permanece em vigor o disposto nos artigos 57 e 58, da Lei 8.213/91, que garante do direito ao benefício especial.

De acordo Jeová, os tribunais já estão muito próximos de uma uniformização via Superior Tribunal de Justiça (STJ), com decisões em favor dos trabalhadores.

Para se requerer tal benefício, é necessário se provar a exposição à agentes agressivos a partir de laudo técnico. Esse laudo é deduzido através do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e deve ser requisitado pelo trabalhador à

empresa na qual ele trabalha.

O PPP é um formulário com campos a serem preenchidos pelas empresas com todas as informações relativas ao empregado, como por exemplo, a atividade que exerce, o agente nocivo ao qual é exposto, a intensidade e a concentração do agente, exames médicos clínicos, além de dados referentes à empresa. A empresa é obrigada a fornecer cópia autêntica do PPP ao trabalhador.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Criado através da Lei 9.876/99 como alternativa no controle dos gastos da Previdência, o Fator Previdenciário veio para reduzir o valor dos benefícios e está relacionado com a idade de aposentadoria e com a expectativa de sobrevida no momento de aposentadoria.

Ele foi criado com a finalidade de desestimular a aposentadoria precoce, diminuindo o valor dos benefícios previdenciários no momento de sua concessão de maneira inversamente proporcional à idade de aposentadoria do segurado. Quanto menor a idade de aposentadoria, maior o redutor.

Outro elemento que influi no valor do benefício é a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria. Anualmente o IBGE pesquisa a expectativa de vida do brasileiro, que tem aumentado nos últimos anos. Isto interfere no Fator Previdenciário, reduzindo ainda

MSGÁS

A Companhia de Gás do Estado é a mais nova filiada ao Sinergia-MS

Campanha Salarial Energest

Dando início à Campanha Salarial da Energest, aconteceu no dia 17 a assembleia para aprovação da pauta reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012. Como de costume, a campanha da Energest MS é em conjunto à Energest ES e à Escelsa.

Filiação MSGÁS

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS, é a mais nova empresa filiada ao Sinergia-MS.

Distribuidora no ramo de Gás Natural, a MSGÁS produz e comercializa energia elétrica de forma independente.

A filiação foi feita em agosto e uma reunião com os trabalhadores para a elaboração do acordo coletivo já aconteceu

no dia 6 de outubro.

Na ocasião, estiveram presentes o Vice-Presidente do Sindgasista de São Paulo, Djalma de Oliveira, o Presidente e o advogado do Sinergia-MS, Elvio Vargas e Alexandre Cantero.

Os trabalhadores puderam ouvir as experiências trazidas por Djalma com a Companhia de Gás de São Paulo e explanar sobre a realidade do setor no MS.



Sinergia-MS tem novo site e marca presença nas redes sociais

O Sinergia-MS está com novo site. A reformulação foi planejada para oferecer ao visitante mais informação e interatividade.

Algumas novas funcionalidades estão disponíveis ao usuário, que poderá por exemplo se sindicalizar através do preenchimento do formulário eletrônico e também denunciar ao sindicato qualquer tipo de problema no local do trabalho.

Sugestões e reclamações e dúvidas poderão ser encaminhadas através da funcionalidade contato presente no site. A intenção da direção do

Sinergia é estreitar ao máximo a comunicação com a categoria através destas ferramentas.



REDES SOCIAIS

Temos agora, mais um canal para interagir e discutir ideias com a categoria.

Através dos perfis do Sinergia-MS no twitter e no facebook, esperamos estreitar nosso relacionamento com o internauta.

No novo site do Sinergia-MS, o visitante encontra os links para se conectar aos perfis e ter através deles um diálogo personalizado conosco.

Acesse e contribua com nosso sindicato compartilhando suas opiniões.

Acesse

www.sinergia-ms.com.br

mais o benefício sempre que a expectativa de vida cresce.

O terceiro elemento que interfere no Fator é o tempo de contribuição. Quanto maior o tempo de contribuição ao INSS, menor o redutor aplicado.

Relacionando esse tema com o a aposentadoria especial, Portanova salienta que “não há incidência do fator previdenciário para os trabalhadores que estejam ou estiveram expostos a agentes agressivos, portanto, quem já está aposentado e estava exposto aos agentes agressivos, deve-se verificar se o INSS concedeu o benefício correto, pois se houve a incidência do fator previdenciário, pode-se recuperar diferenças de até 30% no valor da renda mensal”.

DESAPOSENTAÇÃO

A desaposentação tem sido a opção de muitos trabalhadores que já se aposentaram proporcionalmente e continuaram trabalhando.

O trabalhador tem o direito de solicitar na justiça a desaposentação, renunciando a aposentadoria proporcional e solicitando a integral, pois continuou trabalhando e contribuindo. Outra opção de desaposentação é pedir a mudança da modalidade de aposentadoria, de tempo de contribuição para uma aposentadoria por idade.

Até o ano passado, quem entrava com o pedido da desaposentação obtinha o benefício quando o processo

chegava ao STJ. No entanto, tudo ficou suspenso em outubro de 2010, quando uma decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal determinou que o julgamento de todas as ações fossem suspensas até que a questão seja julgada pelo órgão.

Como há divergências jurídicas de interpretação sobre a desaposentação, o INSS não tem uma posição oficial sobre o tema e nem aceita solicitação para este procedimento.

Os especialistas alertam para que antes de entrar com a solicitação na justiça, o trabalhador faça um cálculo detalhado para verificar se realmente vale à pena pedir a desaposentação. Caso o cálculo não seja bem feito, o aposentado pode ter o valor do benefício diminuído.

TST promove primeira audiência pública sobre terceirização

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) realizou nos dias 4 e 5 de outubro a primeira audiência pública da história do tribunal para discutir a questão das terceirizações.

Na audiência, foram ouvidas pessoas envolvidas com o assunto para que houvesse esclarecimentos sobre questões fáticas, técnicas, científicas, econômicas e sociais relativas ao fenômeno da subcontratação de mão de obra por meio das empresas.

Abrindo os trabalhos da audiência, o advogado e professor Nelson Mannrich, presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho, ressaltou que a terceirização envolve dois sujeitos reais: “de um lado, um empregador que contrata e, de outro lado, outro empregador”. Assim, se a

contratação não envolve outro empregador, “não há terceirização, há uma fraude”.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, eletricitário Artur Henrique da Silva Santos, afirmou que “terceirização X desenvolvimento é uma conta que não fecha”. Ele lembrou que hoje existem 10,87 milhões de trabalhadores terceirizados que ganham salários em média 27% inferiores aos dos trabalhadores de empresas tipicamente contratantes.

A maioria, afirma, é tratada como “trabalhador de segunda classe, em uma flagrante discriminação cotidiana”. Artur Henrique lembrou que 46% deles não contribuem para a Previdência Social por se encontrarem na informalidade, e que de cada dez acidentes de

trabalho, oito são registrados em situações de terceirização.

Para a professora e cientista social Maria da Graça Druck de Faria, a prática da terceirização se tornou “uma epidemia sem controle e sem limites, um grande problema de caráter social”. Pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (CRH/UFBA) e do CNPq, Druck forneceu vários indicadores contrários à terceirização que reforçam a tese da precarização, entre eles o desrespeito a direitos elementares, o enfraquecimento dos sindicatos, o número de acidentes de trabalho e o desrespeito às normas de segurança. “Saúde não se negocia - trata-se da vida ou da morte de trabalhadores, trata-se de mutilação ou incapacitação desses trabalhadores, não podemos negociar”.